



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Fraternidade

Com direito até a animação sobre a destruição do mundo causada pelo homem e sua ganância, o bispo diocesano dom Vicente Costa apresentou a Campanha da Fraternidade 2017, que tem como tema "biomas brasileiros e defesa da vida", além do lema "cultivar e guardar a criação". A Mata Atlântica da Serra do Japi foi citada não só pela questão do meio ambiente, mas pela importância do ser humano e o respeito às gerações futuras.

Fraternidade 2

Ainda durante a apresentação da Campanha da Fraternidade, na noite de ontem, na Câmara de Jundiá, foi apontado, pelos representantes da Igreja Católica, o fim do prazo de congelamento do território de Gestão da Serra do Japi, na lei 29.367-5/2011. Segundo a legislação, promulgada pelo então prefeito Miguel Haddad, fica vedado qualquer procedimento administrativo para fins imobiliários na área de Gestão da Serra durante cinco anos. O prazo vence em abril.

Fraternidade 3

O presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), afirmou que irá propor um ofício para que todos os vereadores assinem solicitando que o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) encaminhe nova legislação para manter o congelamento da área. Martinelli também acrescentou que as solicitações sobre o saneamento básico das áreas distantes do Centro serão encaminhadas para o superintendente da DAE SA, Eduardo Palhares.

Faltou

Na Tribuna Livre de ontem, mais uma vez, teve discurso sobre a saúde. Porém, inscrito para debater o tema, Iníreu Romanato Filho não compareceu à sessão da Câmara de Jundiá. Ele foi protagonista de imbróglio nas redes sociais, durante a semana, sobre o Hospital São Vicente de Paulo. Romanato Filho, que já foi integrante do Conselho Municipal de Saúde e de outros órgãos ligados ao tema, teria acusado a administração de não apurar denúncias feitas em relação ao hospital. Contudo, o debate ficou por conta dele ter sumido das discussões durante toda a legislação anterior, já que teria parentes em vaga de cargo de comissão na gestão passada.

Libras

O vice-presidente do Clube dos Surdos de Jundiá, Cláudio Maroto, esteve na Câmara nesta semana para ministrar uma palestra sobre a linguagem de sinais, Libras. Parte dos servidores participou. Segundo fontes do JJ Regional, a intenção do presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), é ter tradutor de Libras durante as sessões.

'Fantasmas'

Após Michel Temer dizer que desistiu de morar no Palácio da Alvorada porque "sentiu uma coisa estranha" e citar até a suposta existência de fantasmas na residência oficial, a ex-presidente Dilma ironizou a preocupação do peemedebista. "Morei lá e nunca tive nada disso, não. Nunca vi fantasma nenhum", afirmou Dilma, que morou no Alvorada entre 2011 e setembro de 2016.

▶ CÂMARA DE JUNDIAÍ

Proposta de emenda à Lei Orgânica precisa de segundo turno para mudar atuação da Guarda Municipal

Projeto sobre 'Anjos da Guarda' é aprovado e segue em trâmite

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A proposta de emenda à Lei Orgânica nº 126/2017, que prevê à Guarda Municipal (GM) realização de ações de segurança nas escolas, de modo permanente, foi aprovada em primeiro turno. O texto, de autoria do vereador Faouaz Taha (PSDB), segue em tramitação dentro da Casa, para segundo turno de votação, ainda sem data prevista. Também na sessão ordinária de ontem, foram votados outros projetos e houve a participação do bispo diocesano de Jundiá, dom Vicente Costa. Na sequência, foi realizada a quarta sessão extraordinária para votar mudança de data para a aplicação da mudança do Regimento Interno da Prefeitura de Jundiá.

A apresentação da proposta, que independente de governo mantém o projeto de ronda escolar 'Anjos da Guarda' dentro da corporação na cidade, foi elogiada pela maioria dos vereadores e aprovada por unanimidade. O questionamento ficou por conta do vereador Wagner Ligabó (PPS) em relação à quantidade de escolas que



PARTICIPAÇÃO Bispo diocesano dom Vicente Costa esteve na Câmara de Jundiá, ontem, para divulgar a Campanha da Fraternidade

são atendidas pelo efetivo da GM. Faouaz esclareceu que o patrulhamento é feito em todas as unidades escolares, sendo que há rondas com maior efetividade nas instituições onde existe maior índice de ocorrências.

"Fico feliz com o resultado. É uma melhoria para a cidade. As famílias ficam mais seguras sabendo que a ron-

da está ativa, independente de mudança de governo", comentou o vereador tucano.

Ainda durante os debates sobre a proposta, o vereador Antonio Carlos Albino (PSB) lembrou da necessidade de reforçar o efetivo da corporação por conta dos desfalques causados pela aposentadoria de guardas municipais. "Temos pessoas que passaram

no concurso e estão no aguardo do chamado, já que temos ao menos 20 homens que se aposentaram nos últimos meses", lembrou.

Itens

Apesar de debater e apoiar a iniciativa do colega de Casa, os parlamentares também decidiram por aprovar o veto do Executivo ao

projeto de lei 11.530, de autoria do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), sobre a impressão de receituários médicos e carimbos de forma a confirmar a veracidade das informações.

O vereador Cristiano Lopes (PSD) adiou o projeto de lei 12.198/2017 sobre a instituição do Programa 'Pracinha dos Dogs', para a sessão do dia 28.

Campanha/Fraternidade

A participação do bispo diocesano dom Vicente Costa abriu a sessão de ontem, com a apresentação da Campanha da Fraternidade com foco na questão do meio ambiente. O tema, segundo o bispo, é importante já que a cidade conta com a Serra do Japi, resquício de Mata Atlântica.

Extraordinária

Os vereadores votaram e aprovaram a alteração da vigência da modificação do Regimento Interno da Prefeitura de Jundiá por meio do projeto de lei complementar 1.017/2017. A vigência da redução das gratificações para os cargos de comissão vigora a partir de 8 de março, não em 1º de março, como estava expresso na legislação anterior.

▶ CONTRA A REFORMA

Movimento Intersindical Unificado faz ato no Centro

Jundiá não terá protesto contra a Reforma Previdenciária como acontecerá, hoje, nas capitais, mas está programado um ato de conscientização da população contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, no Centro, a partir das 9h. A ação é realizada pelo Movimento Intersindical Unificado de Jundiá e Região. O grupo solicitou audiência com o deputado federal Miguel Haddad (PSDB), mas a reunião ainda não foi agendada pelo político.

A realização de manifestações em todo o País tem por objetivo impedir a aprovação da PEC 287, que "inviabiliza a

concessão de benefícios, re-presentando, na prática, o fim da aposentadoria para milhões de brasileiros". De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários de Jundiá e Região, Douglas Yamagata, não há comprovações de que a Previdência seja deficitária para essa modificação. "O governo não contabiliza os impostos que, na Constituição de 1988, são previstos para servir à Seguridade Social. Além disso, o governo, por usar a Desvinculação de Receita da União (DRU), utiliza 30% do valor da Previdência para pagar juros. Já aconteceram flexibilizações na legislação. Não há necessi-

dade de mais arrocho para os trabalhadores. Se a PEC for aprovada, não serão todos que chegarão a se aposentar, já que será necessário chegar a 65 anos e ter 49 anos de contribuição", detalha.

O sindicalista, que participou do ato em Jundiá no período da manhã, lembra que o movimento dará início a uma pesquisa com os trabalhadores da cidade para identificar a situação para se aposentar. Ainda não há previsão de quantas pessoas serão entrevistadas para chegar à análise.

À tarde, quatro ônibus fretados pelo Movimento seguirão até São Paulo para partici-



MOBILIZAÇÃO Segundo Douglas Yamagata, ação em Jundiá será para esclarecimento

par da manifestação.

Audiência

A solicitação de encontro entre os representantes do Movimento com o deputado federal Miguel Haddad foi fei-

ta no início do mês e tinha como prazo final hoje. Contudo, a assessoria de imprensa do político informou que não será possível atender no prazo estipulado, mas encontro será agendado. (L.M.)

▶ JANOT

Senadores, 5 ministros de Temer, Lula e Dilma estão em lista

Pelo menos cinco ministros do governo de Michel Temer estão na lista de 83 pedidos de inquéritos apresentada nesta terça-feira (14) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao STF (Supremo Tribunal Federal).

São eles: Eliseu Padilha (Casa Civil), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), Bruno Araújo (Cidades), Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia e Comunicações) e Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores).

Segundo a reportagem apurou, integram a relação ainda os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), além dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão

(PMDB-MA), José Serra (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG). A PGR incluiu também os nomes dos ex-presidentes petistas Lula e Dilma Rousseff e dos ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci nos pedidos de investigação. Como eles não têm foro no STF, a expectativa é que sejam enviados a instâncias inferiores. Os pedidos de abertura de inquérito, que estão sob sigilo, são apenas uma fase preliminar das apurações. De posse das solicitações de Janot, feitas com base nas delações da Odebrecht, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, vai decidir se abre ou não as investigações se mantém ou não os casos sob sigilo. Não há prazo para Fachin tomar uma decisão. Somente após o fim das investigações, caberá à Procura-

doria apresentar ou não denúncias contra os citados. No caso de denúncia, o STF ainda precisa avaliar se aceita transformar o político em réu em um processo no tribunal.

Também foram solicitados 211 declínios de competência para outras esferas da Justiça - ou seja, envio para instâncias inferiores, nos casos que envolvem pessoas sem foro especial. Houve ainda 7 arquivamentos e 19 pedidos de outras providências.

Os crimes citados são corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, entre outros.

Alguns nomes, incluindo Padilha, Moreira e senadores, foram antecipados pela Folha de S.Paulo no dia 5 de março.

Todos os pedidos feitos pelo pro-

curador estão relacionados aos depoimentos de 77 delatores ligados à Odebrecht, segundo a PGR. Há mais um delator cujo acordo foi homologado pelo tribunal.

São executivos e ex-executivos, incluindo Emílio e Marcelo Odebrecht, que trataram, em acordo com a Justiça, sobre pagamento de propina e entrega de dinheiro por meio de caixa dois com o objetivo de reduzir as penas nos processos da Lava Jato.

Em nota, a Procuradoria informou que o procurador-geral, Rodrigo Janot, solicitou ao ministro Edson Fachin o fim do sigredo dos documentos, "considerando a necessidade de promover transparência e garantir o interesse público", segundo o órgão.

Janot enviou também carta a procuradores na qual diz que a Operação Lava Jato é "oportunidade ímpar de depuração do processo político nacional" e que é possível "fazer política sem crime".

Os servidores da PGR chegaram ao STF pouco depois das 17h com ao menos dez caixas brancas contendo o material, que foi depositado na sala-cofre do Supremo.

No STF, a expectativa é de que os processos demorem ao menos três dias para serem catalogados. Esta é a segunda leva de pedidos de inquérito apresentada pelo procurador-geral.

Da primeira, divulgada em 2005, só 8% dos 50 políticos investigados se tomaram réus por decisão do STF. (Folhapress)